



## **MEMÓRIA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA** **REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2023**

Aos seis dias do mês de outubro de 2023, das 10 às 12h00min, realizou-se por videoconferência a 58ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública. Estavam presentes os representantes das seguintes Instituições: Advocacia-Geral da União – AGU; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Controladoria-Geral da União – CGU; Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR; Polícia Civil do Estado do Paraná – PC/PR; Receita Federal do Brasil – RFB; Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. A sessão foi presidida pela chefe de Gabinete da CGE/PR, **Helena Theresinha Kovalski**, e secretariada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

**Helena (CGE/PR)**, representando a Coordenadora Executiva, abriu a reunião, cumprimentando e agradecendo a presença das autoridades presentes. Passou a palavra para **Hillene (TRE/PR)**, que cumprimentando a todos, informou a disponibilização pelo chat, de um link (para preenchimento do nome completo e da Instituição em que atua), para o registro de presença.

**Helena (CGE/PR)** agradeceu e deu início à pauta – *Aprovação da Ata da 57ª Reunião Ordinária*, encaminhada com o ofício de convocação. Houve anuência dos seus termos, pelos membros do Colegiado, restando aprovada a ata, por unanimidade.

Dando seguimento, **Helena (CGE/PR)** informou o próximo assunto da pauta – *Aprovação Final do Planejamento Estratégico*, passando a palavra para **Fábio Mauricio (CGE/PR)**, que, primeiramente, agradeceu a colaboração de todos, com o envio de sugestões, e, em seguida, iniciou a apresentação esclarecendo, inicialmente, que há diversas definições para os termos Missão, Visão e Valores, mas que adotou as do Sebrae, por ter uma linguagem de fácil compreensão, onde Missão é o propósito de a empresa existir; Visão é a situação em que a empresa deseja chegar (em período definido de tempo) e Valores são os ideais de atitude, comportamento e resultados



que devem estar presentes nos colaboradores e nas relações da empresa com seus clientes, fornecedores e parceiros.

Em seguida, comentou que serão apresentadas 02 (duas) propostas, para cada um dos conceitos, que serão colocadas à apreciação e votação pelos membros do Colegiado, iniciando pela Missão. Aberta a votação foi selecionada a 1ª opção apresentada, sendo que **Hillene (TRE/PR)** e **Thiago Martini (TJPR)** sugeriram alterar a expressão “*órgãos participantes da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Paraná*” para “*órgãos partícipes*”, restando aprovada a **Missão** como: “*promover a transparência, a integridade e a eficiência na gestão pública, por meio da cooperação e do compartilhamento de informações entre os órgãos partícipes da Rede, visando à prevenção e ao combate à corrupção, à melhoria da qualidade dos serviços públicos e ao fortalecimento da governança*”.

Passou-se à apreciação da Visão, tendo sido, a partir das 02 (duas) propostas apresentadas, formulada uma terceira, colocada no chat, que restou aprovada pelos membros do Colegiado, qual seja, **Visão**: “*ser referência no controle da gestão pública, através de ações conjuntas e interação com a sociedade, prezando pelo bom uso dos recursos públicos*”.

Na sequência, seguiu-se à análise dos Valores, restando aprovada uma 3ª proposta colocada no chat, qual seja, ter como **Valores**: “*Transparência, Integridade, Cooperação, Eficiência e Proteção do Interesse Público*”.

**Fábio Mauricio (CGE/PR)** encerrou a apresentação, agradecendo a participação de todos.

**Kallynca (CGE/PR)** agradeceu a apresentação e informou que será feita a arte final e disponibilizada no site da Rede.

**Helena (CGE/PR)** agradeceu a apresentação e deu continuidade à pauta – *Aviso da reunião Específica do Regimento Interno*, que ocorrerá no dia 06/11/2023, solicitando



a confirmação da presença, para controle de acesso, e ressaltando a importância da participação de todos.

Prosseguindo com a pauta, **Helena (CGE/PR)** passou para o próximo assunto – *Ofício nº 46250/2023 – TCU/Seproc – Relatório de Acompanhamento do Força Tarefa Cidadã*, por meio do qual o Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou à Rede de Controle, para ciência, o Acórdão 1911/2023-TCU-Plenário, que trata de processo de acompanhamento para avaliar e propor ações para melhoria de transparência nos municípios e implementar estratégia de atuação de controle do TCU, no sentido de coibir e corrigir práticas em desacordo com a transparência pública em entes das esferas estadual e municipal, quando da gestão de recursos federais, solicitando às Redes dos Estados adotar, a seu critério, medidas de sua competência no sentido de complementar as ações lideradas pelo TCU, aprofundando as análises das avaliações e fortalecendo a parceria com o controle social. Informou que o material foi disponibilizado aos membros, por e-mail, para ser estudado e debatido na próxima reunião.

**Bruno Galati (MPPR)** ponderou que a Rede de Controle do Paraná é um modelo na promoção da transparência e que a Rede já vem desenvolvendo há algum tempo ações em relação a transparência.

A seguir, **Helena (CGE/PR)**, alterando a ordem da pauta, noticiou o próximo assunto a ser tratado – *Relato das Comissões Permanentes*, informando que os planos de trabalho já foram disponibilizados no site da Rede, iniciando pela Comissão Permanente de Intercâmbio de Informações e Inteligência, passando a palavra para **Conrado (CGE/PR)**.

**Conrado (CGE/PR)**, cumprimentou a todos e relatou que no dia 29/09 foi realizada reunião da Comissão, onde foi tratada a publicação das despesas do Terceiro Setor e a revitalização de um portal desenvolvido pela Celepar, com o apoio do MPPR, para incentivar a implantação de Portais de Transparência. Informou que será realizado um estudo de viabilidade para alinhamento do projeto, que será analisado em reunião



extraordinária que ocorrerá antes da reunião ordinária. Indagou a Bruno Galati (MPPR) se gostaria de comentar o assunto.

**Bruno Galati (MPPR)** comentando o acórdão do TCU, pontuou que nas atas da Rede pode-se verificar que não faltam projetos, mas ações conjuntas; não basta cobrar, é necessário oferecer meios para a execução e é isso que se está buscando em relação ao Terceiro Setor.

**Helena (CGE/PR)** agradeceu as exposições e comentou que o coordenador da Comissão de Prevenção e Controle Social, **Matheus Klaus (CGE/PR)** está em férias e que, em relação à Comissão de Capacitação e Proposição Legislativa, aguarda-se a indicação de substituto de **William Gil (MPPR)**.

Dando continuidade à pauta, passou para o tema – *Apresentação TCE/PR – Ações de Controle Social*, cumprimentando e agradecendo a participação de **Ricardo Alpendre (TCE/PR)**, Coordenador de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social – CACS, que cumprimentando a todos, passou a discorrer sobre as ações do TCE/PR.

**Ricardo Alpendre (TCE/PR)** iniciou a apresentação pelo Projeto PAF Social 2012, esclarecendo que o projeto teve por objetivo realizar parcerias para o fortalecimento da gestão pública, por meio do compartilhamento de informações e de conhecimentos, com entes representativos da sociedade, como Universidades, Conselhos Municipais e Estaduais, Órgãos de Classe e Observatórios Sociais. Esclareceu que, em relação as IES – Instituições de Ensino Superior, o projeto atua em duas frentes: pesquisa e extensão acadêmicas. Informou que as atividades de *pesquisa* têm como foco o desenvolvimento de indicadores de Gestão Pública Municipal, enquanto que as atividades de *extensão*, as auditorias de natureza operacional, sobre aspectos relevantes quanto à atuação do município, após escolhidos os temas, dentro das áreas de Educação (transporte escolar), Saúde (aquisição de medicamentos), Meio Ambiente (resíduos sólidos urbanos) e Gestão (indicadores de gestão municipal); apresentou os resultados do projeto, onde estiveram envolvidas 07 Universidades, 11



Campi, 350 alunos e professores, 09 Municípios Auditados, 121 Municípios Pesquisados e 05 técnicos, tendo sido produzidos 16 artigos científicos, 02 projetos de pesquisa em saúde e 06 projetos de pesquisa em educação. Discorreu sobre o projeto LAI Social 2014 – Lei de Acesso à Informação, firmado em parceria com as Universidades Públicas Estaduais Paranaenses, por meio da aplicação dos conceitos de Auditoria Social, com o intuito de desenvolver metodologia para avaliação e monitoramento das ações vinculadas ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação em âmbito municipal; apresentou os resultados do projeto, onde estiveram envolvidas 06 Universidades, 08 Campi, 70 alunos e professores, 196 Municípios Auditados, 10 Observatórios Sociais e 03 técnicos, tendo sido realizadas 210 entrevistas, desenvolvida metodologia de avaliação, produzido Relatório de Auditoria, além do ranking da LAI Municipal, da interação com gestores públicos e da ampliação da rede de controle. Informou que em 2021 foi criada a Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social – CACS, por meio da Resolução nº 88/2021, que tem como objetivos: *colaborar com o estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações da sociedade, órgãos governamentais, faculdades e universidades, bem como com os cidadãos, visando desenvolver atividades relacionadas com a capacitação do controle social e dos jurisdicionados e, elaborar e implementar acordos de cooperação técnica ou instrumentos congêneres a serem firmados pelo Tribunal de Contas com outros órgãos e entidades e acompanhar sua execução, no âmbito de sua competência*; afirmou que existem outras frentes de trabalho, como a Rede Integrar de Políticas Públicas Descentralizadas ou somente Rede Integrar, formada pelos Tribunais de Contas do Brasil, com objetivo de estabelecer cooperação técnica para fiscalização e aperfeiçoamento do ciclo de implementação de políticas públicas descentralizadas no Brasil, observando que das 23 iniciativas aprovadas pelo Comitê Técnico para o plano de trabalho de 2023, o TCE/PR participará de 15 (quinze) e estará coordenando 2 (duas). Enfatizou as recomendações do grupo de trabalho: *patrocínio da alta gestão; valorização do tema no planejamento estratégico; alocação de uma unidade responsável pelo tema; criar uma estratégia de atuação interna; capacitar servidores dos Tribunais de Contas, gestores e sociedade e adotar caminhos para que os gestores contemplem a participação cidadã*. Apresentou os objetivos do TCE/PR, quais sejam: *fortalecer o controle (Conselhos Municipais e*



*Controle Interno) e firmar parcerias (Observatórios Sociais; Entidades de Classe Profissional e Instituições de Ensino). Destacou as principais características do novo PAF Social, quais sejam: caráter continuado, sem a necessidade de firmar Termos de Cooperação Técnica para cada trabalho; possibilidade da realização de trabalho de pesquisa e extensão, com ou sem o pagamento de bolsas-auxílio; maior celeridade na aprovação dos Planos de Trabalho e possibilidade de trabalhos concomitantes; apresentou as propostas de trabalho conjunto que seriam: mapear e selecionar temas convergentes com as extensões acadêmicas e as fiscalizações realizadas pelo TCE/PR; definir os stakeholders – possibilidade de participação de Entidades de Classe Profissional, Observatórios Sociais, etc. e definir a metodologia de trabalho – auditorias, inspeções, levantamentos, acompanhamentos e monitoramentos. Pontuou as principais características do controle social: caráter continuado, sem a necessidade de firmar Termos de Cooperação Técnica para cada trabalho; possibilidade de participação na elaboração do Plano Anual de Fiscalização do TCE/PR; capacitação em Administração Pública e Temática e possibilidade de trabalhos concomitantes. Destacou a capacitação pela Escola de Gestão Pública – EGP – Guia Básico do Controle Social – 12 horas-aula em EAD e as propostas de trabalho conjunto com os Observatórios Sociais: mapear as demandas formuladas pelos Observatórios no TCE/PR; selecionar temas convergentes com as fiscalizações realizadas pelo TCE/PR, com capacitação específica; elaborar Planos de Trabalho para as ações de fiscalização e colaborar na definição das diretrizes do Plano Anual de Fiscalização do TCE/PR, voltadas ao Controle Social. Saliou os benefícios esperados: realização de trabalhos conjuntos, com temas variados e concomitantes; engajamento da participação cidadã, propiciando a formação de ampla rede de controle social; capacitação voltada à atuação do controle externo e participação cidadã; validação das ações de fiscalização realizadas pelo TCE/PR e fortalecimento de parcerias com entidades representativas da sociedade. Encerrou a exposição, colocando-se à disposição e agradecendo a oportunidade.*

**Helena (CGE/PR)** elogiou o trabalho realizado, destacando que é muito importante a participação das universidades no aprimoramento do controle social. Agradeceu a apresentação e a disponibilidade. Abriu a palavra aos demais participantes.



**Bruno Galati (MPPR) e Francisco Horst (Receita Federal)** parabenizaram Ricardo Alpendre (TCE/PR) pelo excelente trabalho realizado, tendo **Bruno Galati (MPPR)** manifestado seu contentamento, com a retomada da participação das universidades, nesse processo.

**Ricardo Alpendre (TCE/PR)** convidou o MPPR a participar do processo de capacitação, propondo um concurso para a uniformização dos portais de transparência, com a adoção de um mesmo layout, a fim de tornar a informação mais inteligível para a sociedade, para que o cidadão saiba onde encontrar a informação.

**Bruno Galati (MPPR)** indicou **Maurício Kalache (MPPR)** para articular essa parceria.

**Ricardo Alpendre (TCE/PR)** agradeceu a indicação e informou que irá disponibilizar a apresentação, solicitando a divulgação, pelos integrantes da Rede, do curso pela Escola de Gestão Pública – EGP – Guia Básico do Controle Social – em EAD. Informou ainda, que foi convidado pelo IRB para divulgar o controle social.

**Helena (CGE/PR)** informou que será encaminhado um formulário aos integrantes da Rede, para sugestão de assuntos de interesse para a pauta. Na sequência, compartilhou o convite para o Congresso de Governança Pública da CGE/PR – 4º Simpósio Paranaense de Combate à Corrupção que se realizará entre os dias 20 e 21 de novembro do corrente ano. Nada mais havendo a tratar, **Helena (CGE/PR)** encerrou a reunião, agradecendo a presença e a colaboração de todos.

DELIBERAÇÕES			
nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Conhecimento, estudo e debate do Acórdão do TCU 1911/2023	Membros do Colegiado	Próxima reunião do Colegiado